

Governo barra grilagem

JORNAL DE BRASÍLIA

Contrariados, grileiros prometem troco com matérias em jornais para denegrir imagem de Roriz

Os grileiros preparavam o bote sobre 3.376 hectares de terras públicas, situadas em 11 áreas nobres do Lago Sul e Lago Norte, em terrenos de alto valor comercial. Mas a pretensão deles foi barrada pelo secretário de Assuntos Fundiários, Odilon Aires, que negou o pedido de regularização dos condomínios a serem implantados nos locais, por não atenderem às exigências legais.

Impedido de vender lotes em condomínios irregulares, porque está sendo procurado pela polícia, o pastor Antônio Duarte Filho usa "laranjas" (testas-de-ferro) na tentativa de parcelar os terrenos e vendê-los a compradores desinformados.

As 11 áreas sob risco de grilagem foram, inclusive, motivo de um contrato de promessa de compra e venda, com o empresário e ex-senador pela Paraíba, Maurício Brasilino Leite, no valor de R\$ 450 mil. Embora o contrato esteja assinado, com firma reconhecida e registrado no Cartório de Títulos e Documentos Marcelo Ribas, Maurício Leite nega que tenha adquirido os terrenos.

"Comprei apenas 60% de uma área de 576 alqueires de terras situadas na Fazenda Sobradinho; e os outros 40% ficaram com o pastor Duarte", assegura. O empresário afirma que ficou com as terras porque a área está registrada em cartório.

No dia 12 deste mês, ouviu sobre uma representação criminal na 1ª DP em que figura como acusado, Maurício Leite afirmou que nunca foi proprietário de terras no Distrito Federal. Disse, naquela oportunidade, que fora dono uma pequena gleba no município de Formosa, desapropriada pelo Incra.

Quem assina a representação é o advogado Ennio Bastos, defensor de Agiomar Evangelista Queiroz, dono, de acordo com o documento, de uma gleba de 98 hectares no Paranoazinho.

O que levou Agiomar Evangelista a pedir a intervenção da polícia foi a invasão da

propriedade durante o feriado de carnaval, comandada, segundo afirma o advogado na representação, por Maurício Leite. E mais: ele, Maurício, dizia ter cobertura no Senado Federal (ele é ex-senador da República).

De acordo com o advogado, Maurício tenta constituir o condomínio RQ, no Lago Norte, e, como não consegue a regularização — "porque a documentação irregular não permite" — estava ameaçando divulgar na imprensa matérias com o objetivo de denegrir a imagem do governador Joaquim Roriz. "Ele não escondia que, para isso, contava com a colaboração de um jornalista", acusou, ontem, o advogado. E acrescentou: "O governo pode se preparar porque Maurício e este jornalista vão atacar. Está tudo preparado. Eu sei disso desde a semana passada".

Maurício negou todas as acusações e prometeu entrar na Justiça contra o advogado e a pessoa que o constituiu.

Apesar de ter comprado o terreno, Maurício, disse que não desconhece os negócios "nebulosos" do pastor Antônio Duarte Filho.

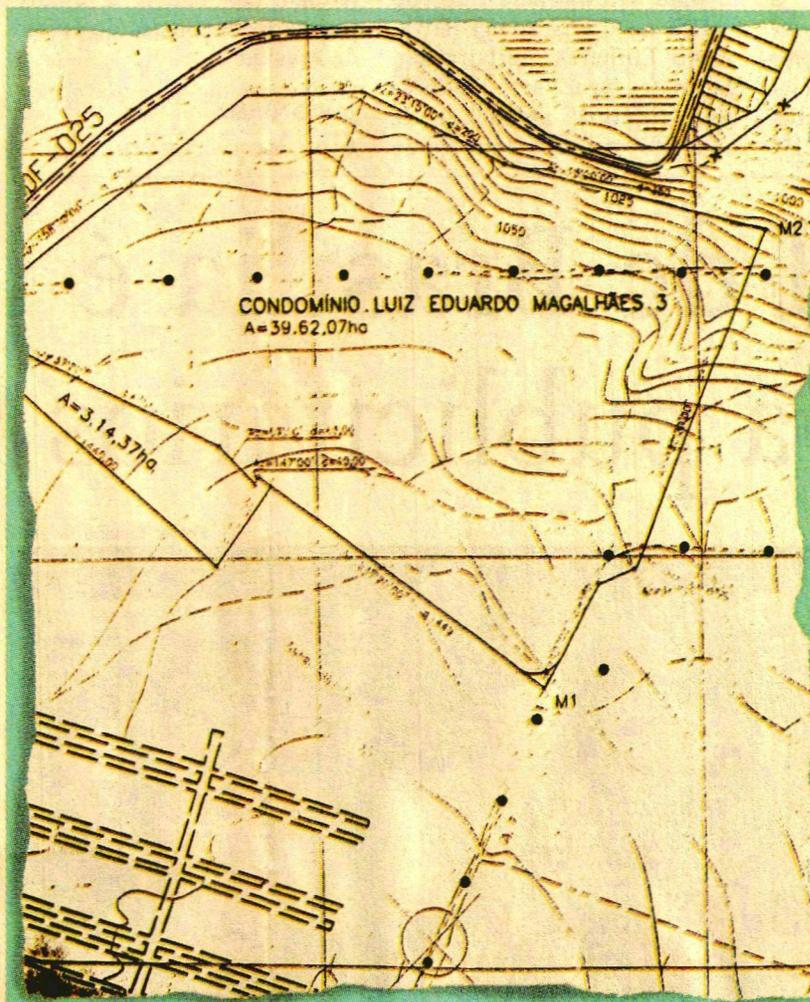
Inclusive, Duarte usa uma procuração em causa própria falsa, que teria sido passada por Joaquim Marcelino de Sousa, oito meses após sua morte, conforme foi demonstrado por peritos que atuaram em processo movido pelo pastor contra o **Jornal de Brasília**. E no qual Duarte foi condenado por litigância de má-fé.

Com a mesma procuração, lavrada no Cartório de Registro Civil e Títulos e Documentos do Distrito de Serra Bonita, município de Buritis, comarca de Unaí (MG), e outras passadas também por herdeiros já falecidos, Duarte tenta vender as áreas públicas griladas.

A documentação original foi conseguida pelo conhecido "rato de cartório" Lauro Soares Guimarães, misteriosamente seqüestrado em 1996, em Formosa (GO), e desaparecido até hoje.

JAIRO VIANA

Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA



EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL.

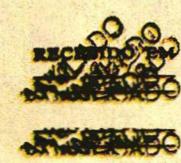
MAURÍCIO BRASILINO LEITE, brasileiro, casado, empresário, residente à SQS 207 - Bloco B Agr 401, representando 80% dos direitos possessórios ininterruptos, por mais de trinta anos, nos termos do Art. 550 do Código Civil Brasileiro, da área, localizada no Lago Sul, objeto da APELAÇÃO CIVIL 52.778/99, JULGADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2.000, pelo Egrégio Tribunal de Justiça do DF, na qual fomos vencedores à Unanimidade dos Senhores Desembargadores daquela turma, e que por delegação daquele Tribunal, fomos reintegrados na posse, no dia de hoje, na pessoa do Sr. Egberto Baptista Pires, que é sócio na referida área com o percentual dos outros 20%.

Ante o exposto, e tendo elaborado um projeto Urbanístico de ocupação da referida área, ponderadamente e sempre com todo acatamento e respeito, uma vez cumpridas as normas regedoras, no Distrito Federal, para Implantação de Condomínio, requer à Vossa Excelência aprovação para implantação do citado CONDOMÍNIO, LUIZ EDUARDO MAGALHÃES.

Brasília, 9 de março de 1999

Termos em que
Pede e Espera Desferrimento.

MAURÍCIO BRASILINO LEITE



O mapa do Condomínio Luiz Eduardo Magalhães e ofício em que o ex-senador Maurício Leite, dono, pede a legalização